



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Administrativo: 8484/2022 (impugnação ao edital).

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 019/2022 – Tipo Eletrônico

DATA DA ABERTURA: 18 de outubro de 2022

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 05380/2022

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE BEM PERMANENTE (VEÍCULO) A SER UTILIZADO NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação foi interposta dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**

Diz o art. 12 do DECRETO Nº 3.251 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, que regulamenta o Pregão, na forma presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns (...):

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

DO PEDIDO

Em síntese, a empresa informa que “No caso em tela resta claro que o fragmento mencionado acima configura a situação de direcionamento do certame, para beneficiamento de concessionárias e fabricantes, em detrimento de outros tipos de empresas que atuam no setor, mas se veem impedidas de concorrer tendo em vista exigências como a ora impugnada”. Continuando a empresa informa que: “Note-se, o(s) item(s) destacado(s) abaixo assim estabelece(m): FL.28 [...] Caso o licitante não seja o fabricante do objeto, deverá anexar documento assinado e com firma reconhecida, emitido pelo fabricante, autorizando o licitante oferecer o produto e garantir sua entrega e garantia; (carta de solidariedade do fabricante). (grifo nosso). Dessa forma, baseia seu pedido na Lei nº 8.666/93, a Constituição Federal, Acórdãos e decisões do TCU e solicita a retirada do item informado.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ao analisar a solicitação da empresa percebe-se que o Art. 3º, §1º, I, a Lei nº 8.666/93 é claro quanto o reclamado pela empresa. Vejamos:

(...)

§1º É vedado aos agentes públicos:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. (ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (grifo nosso).

É pacífico o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o assunto, conforme já consolidado em vários Acórdãos: 539/2007 Plenário, 168/2009 Plenário (Sumário), entre outros. Vejamos:

Acórdão 1729/2008 Plenário (Sumário)

Para habilitação de licitantes em pregão eletrônico, deve ser exigida, exclusivamente, a documentação disposta no art. 14 do Decreto nº 5.450/2005. Dessa forma, indiscutível é a falta de amparo legal para exigência de declaração de compromisso de solidariedade do fabricante do produto como condição para habilitação, o que conduz a anulação do processo licitatório.

Com isso, essa Pregoeira entende que procede o informado pela empresa e que o pedido de impugnação deve ser acatado.

DA DECISÃO

Diante do exposto e por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública devem ser irrestritamente observados, esta Pregoeira conhece da Impugnação interposta pela empresa **J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, julgando-a **PROCEDENTE**, tendo em vista sua tempestividade. Com isso, **SUSPENDE Pregão Eletrônico nº 019/2022**, tendo em vista a necessidade de elaboração de novo Termo de Referência e republicação do edital, que terá data de abertura informada posteriormente de acordo com os prazos estipulados em Lei. Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 14 de outubro de 2022.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira